Guardar a Criação – Contribuições da filosofia moral para uma teologia da libertação animal

*Marco Túlio Brandão Sampaio Procópio**[1]

RESUMO

A tradição cristã carrega um histórico controverso na relação com as outras criaturas da comunidade de vida terrestre, seja através da legitimação dada por Santo Agostinho e por São Tomás de Aquino para a exploração animal pelo homem, seja através da relação fraterna anunciada e experimentada por São Francisco de Assis com toda a Criação. Existe na atualidade um genocídio sistemático contra as outras espécies deste planeta através das diversas formas de exploração animal, como para a alimentação, o entretenimento ou a experimentação científica. Ocorre a cada dia um verdadeiro holocausto animal consagrado pela tradição ocidental e que encontra respaldo na teologia cristã pela omissão de uma resposta que denuncie essa injustiça. A filosofia moral pode contribuir para discutir essa questão, refletindo sobre ética, direitos animais e os seres incluídos na esfera de moralidade. Nessa perspectiva, o presente trabalho almejou denunciar os mecanismos de exploração animal pelo ser humano e suas consequências e anunciar alternativas que viabilizem uma relação mais harmoniosa e fraterna com toda a Criação. Para isso, recorreu-se aos trabalhos da filósofa moral Sônia T. Felipe acerca dessa questão e então fez-se uma ponte com a teologia da libertação animal proposta por Susin e Zampieri na obra A Vida dos Outros (2015). Serão abordadas também outras reflexões acerca de um novo olhar cristão sobre os animais, a partir de releituras bíblicas e da tradição. Enfim, pode-se concluir que atualmente os animais sofrem um imenso sofrimento devido a uma injusta exploração por parte do ser humano, e tal conduta está incoerente com os ideais cristãos de justiça e de paz. A partir disso, uma nova postura do cristão é necessária, desfazendo o contrato de exploração animal e caminhando rumo a harmonia plena de toda a Criação.

Palavras-chave: Criação; Teologia da Libertação Animal; Exploração Animal;

Introdução

Existe uma causa em cuja direção a teologia cristã pouco avança, ou caminha a passos modestos, que é a causa animal. Eis uma questão para a qual o discurso profético e libertador nasce fora dos ambientes ligados a religião e sobre o qual a teologia cristã não pode mais fazer vistas grossas. Existe uma exploração animal realizada por nós, seres humanos, muito bem

[1] Mestrando de Teologia da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Bolsista da Capes. Email: mtbsp88@yahoo.com.br.

orquestrada pela tradição moral antropocêntrica que perpetuamos, e que encerra uma real injustiça.

A cada dia ocorre um silencioso genocídio sistemático e estrutural, uma verdadeira chacina cotidiana, reais processos de tortura, disfarçados sobre os signos de alimentação, vestuário, experimentação científica, entretenimento, entre outros. Tais acontecimentos carregam gritos inaudíveis para os seres humanos que não se propõem a ouvi-los, mas que interpelam aqueles que verdadeiramente buscam justiça e vida plena para toda criatura.

A tradição cristã carrega em sua história uma posição controversa na relação com as outras criaturas da comunidade de vida terrestre, seja através da legitimação dada por Santo Agostinho e por São Tomás de Aquino para a exploração animal pelo homem, seja através da relação fraterna anunciada e experimentada por São Francisco de Assis com toda a Criação.

Face a atual realidade, a filosofia moral pode contribuir para discutir essa questão, refletindo sobre ética, direitos animais e os seres incluídos na esfera de moralidade. A partir dessa contribuição e da denúncia de exploração, reflete-se sobre uma possível resposta da teologia cristã para a questão, compondo uma teologia da libertação animal como alternativa viável.

1. Denúncia Profética

A fim de dar força ao argumento e provocar maior choque de realidade, evocar-se-á aqui a figura de Natã, que, para denunciar a injustiça cometida por Davi recorre primeiro a uma alegoria para somente depois identifica-la como sendo seu próprio caso. Davi comete adultério com Bate-Seba, esposa de Urias, um soldado que lutava pelo seu próprio reinado. Engravidando-a, dá ordens então para que Urias batalhe na linha de frente e para que outros não fiquem em sua retaguarda, para que ele assim venha a morrer. Tendo cometido o crime, Natã é enviado em seguida por Javé a Davi[2].

> 1 O Senhor, pois, enviou Natã a Davi. E, entrando ele a ter com Davi, disse-lhe: Havia
> numa cidade dois homens, um rico e outro pobre. 2 O rico tinha rebanhos e manadas
> em grande número; 3 mas o pobre não tinha coisa alguma, senão uma pequena cordeira
> que comprara e criara; ela crescera em companhia dele e de seus filhos; do seu bocado
> comia, do seu copo bebia, e dormia em seu regaço; e ele a tinha como filha. 4 Chegou
> um viajante à casa do rico; e este, não querendo tomar das suas ovelhas e do seu gado
> para guisar para o viajante que viera a ele, tomou a cordeira do pobre e a preparou
> para o seu hóspede. 5 Então a ira de Davi se acendeu em grande maneira contra aquele
> homem; e disse a Natã: Vive o Senhor, que digno de morte é o homem que fez isso. 6
> Pela cordeira restituirá o quádruplo, porque fez tal coisa, e não teve compaixão. 7

[2] Cf. 2 Samuel, 12:1-10.

> Então disse Natã a Davi: Esse homem és tu! Assim diz o Senhor Deus de Israel: Eu te ungi rei sobre Israel, livrei-te da mão de Saul, 8 e te dei a casa de teu senhor, e as mulheres de teu senhor em teu seio; também te dei a casa de Israel e de Judá. E se isso fosse pouco, te acrescentaria outro tanto. 9 Por que desprezaste a palavra do Senhor, fazendo o mal diante de seus olhos? A Urias, o heteu, mataste à espada, e a sua mulher tomaste para ser tua mulher; sim, a ele mataste com a espada dos amonitas. 10 Agora, pois, a espada jamais se apartará da tua casa, porquanto me desprezaste, e tomaste a mulher de Urias, o heteu, para ser tua mulher

Encarnando a espiritualidade franciscana para tratar as outras criaturas como irmãos e irmãs, pode-se fazer a denúncia contra a atual condição de injustiça perpetrada contra os animais pelos seres humanos no mesmo tom, recorrendo a mesma figura de linguagem: Um mesmo homem tem vários irmãos e irmãs, e coabitam todos na mesma casa. Dentre eles, pode-se dizer que é o homem o responsável pela casa e pelos irmãos, pois é o único capaz de cuidar de todos, de gerir a casa, de zelar pela família. Porém, em determinado momento, esse homem se apodera da casa, escraviza a uns, tortura a outros, mata ainda muitos deles. Subjuga a casa inteira e faz dela conforme sua própria vontade. O que se poderá dizer desse homem? "Esse homem és tu!", pode ecoar aqui também a voz profética de Natã. Esse homem é todo ser humano que não desassina o contrato de exploração animal herdado e perpetuado pelos nossos costumes diários. Esse homem é todo ser humano que se apodera de toda a Criação e de nossa Casa Comum, que é a Terra, e age conforme sua própria vontade. A realidade atual da relação ser humano-animais é a que se segue.

1.1 Mecanismos de exploração: consequências para os animais dos impactos da degradação da Casa Comum

Com o advento da era industrial e novos mecanismos de exploração da Terra, mais eficientes e mais destrutivos, com a intensificação da cultura de consumo, entre outros fatores, aumentou-se cada vez mais o número dos animais afetados pela ação predatória dos seres humanos sobre o planeta. Boff (2000) apresenta dados alarmantes sobre esse fato: "Estimativas dizem: entre 1500-1850 foi presumivelmente eliminada uma espécie a cada 10 anos. Entre 1850-1950 uma espécie por ano. A partir de 1990 está desaparecendo uma espécie por dia[3]" (p. 15). Também em um relatório do Worldwatch Institute, de 2012, sobre o estado da Terra, é dito que Pode-se dizer, entretanto, que as causas para essa extinção em massa, cujos mecanismos

> (...) calcula-se que a velocidade com que as espécies estão desaparecendo seja até mil vezes maior do que na época pré-industrial. Denominada pelos cientistas de "sexta

[3] Os dados citados são apenas até o ano 2000.

> extinção em massa" na história da Terra, é a única causada por uma criatura viva: o ser humano. As outras cinco extinções em massa ocorreram há muito tempo; a última e mais famosa foi há 65 milhões de anos, no final do período cretáceo, quando os dinossauros foram extintos (THE WORLDWATCH INSTITUTE, 2012, p. 190).

são consonantes com os da degradação da casa comum, são diversas, e já encontram forte oposição dentro da própria Igreja, sendo inclusive brilhantemente acenadas pelo Papa Francisco em sua encíclica Laudato Si'. Nesta, o Papa aponta causas, consequências e possíveis linhas de orientação e ação para a atual crise ecológica[4]. Há, porém, uma forma de exploração animal que não encontra devida atenção na Igreja e na teologia cristã, e que nem mesmo esta Encíclica do Papa Francisco foi capaz de denunciar. É verdade que ela apresenta progressos nesse sentido, acenando para o fato de que os animais têm um valor próprio (e não apenas instrumental). Porém, ainda assim, na causa animal, a Encíclica ainda "continua insuficiente e a meio caminho. Será preciso avançar na esteira da ética e da teologia da libertação animal, em consonância com a ecologia integral proposta pelo Papa" (ZAMPIERI, 2016, p. 17). Essa forma de exploração animal é reforçada diariamente pelas decisões de consumo de grande parte dos seres humanos.

1.2 Mecanismos de exploração: Campos de Concentração Animal

Susin e Zampieri (2015) classificam as relações entre seres humanos e animais em cinco campos de concentração: animais de estimação; animais como entretenimento; animais como instrumentos de pesquisa; animais como utensílio; e animais para alimentação. A mentalidade de animais como propriedade perpassa todos eles.

No primeiro campo, animais de estimação, é assinalado que muitas pessoas têm real interesse em cuidar do animal, mas, uma vez que a mentalidade que se predomina é a de propriedade, a exploração esconde-se por vezes de forma sutil. Há aqui pessoas que levam seus animais para cortarem as orelhas ou rabos para fins estéticos, pessoas que submetem seus animais a tratamentos violentos para lhes "educarem" a proteger suas propriedades, pessoas que abandonam seus animais a própria sorte por diversas razões (como mudar de habitação), entre outros. Há ainda de se considerar animais apreendidos em seu *habitat* e levados para serem de "estimação", como pássaros engaiolados.

No segundo campo, animais como entretenimento, acena-se para a cruel realidade de animais de zoológico, submetidos a espaço reduzido, a falta de sociabilidade, a estresse, pois

[4] Cf. PAPA FRANCISCO, 2015.

são privados de seu habitat natural e das exigências de sua própria espécie; touradas e rodeios, que são formas covardes de "divertimento" para seres humanos que conseguem se entreter com a tortura de touros, bois e bezerros, levando-os em algumas dessas modalidades a morte; animais de circo, como tigres apreendidos para saltar argolas de fogo, ursos para pedalar bicicletas, chipanzés dançando com roupas femininas, elefantes sentados em banquetas, leões dóceis e resignados, animais privados da forma própria de existir de sua espécie para agir conforme o capricho humano exige, e submetidos para isso a muitas pancadas, torturas e ferimentos enquanto são adestrados; é citado ainda as rinhas, as caças esportistas e a corrida de galgos.

No terceiro campo, animais como instrumentos de pesquisa, fala-se das práticas de dissecção e vivissecção em ambientes de educação, práticas absolutamente desnecessárias e para as quais já se tem numerosas alternativas. Mata-se ou abre-se vivos animais para demonstrações fisiológicas ou anatômicas, enquanto se tem a disposição alternativas diversas, principalmente com as novas tecnologias. Discute-se também sobre os dolorosos mecanismos de testes em animais para pesquisa científica, animais estes submetidos a cruéis procedimentos para fazer experimentos dos quais nada irão se beneficiar, apesar inclusive de se haver muita contestação contra a necessidade e a validade desses testes, e de se ter também alternativas para os mesmos.

No quarto campo, animais como utensílios, traz-se a excruciante realidade das indústrias de pele, couro e lã, que roubam a pele de outros animais (que as têm por natureza) para atender aos vãos interesses estéticos do consumidor. Esse é um mercado altamente lucrativo e covarde, trazendo imenso sofrimento para os animais que têm as suas peles roubadas.

No quinto campo, animais para alimentação, discute-se mais amplamente e detalhadamente, pois é o campo de maior extensão (onde se encontram o maior número de animais, de forma incomparável), e também aquele que mais sutilmente é fortalecido pelas ações cotidianas de cada ser humano, pois é praticamente impercebível aos sentidos desatentos. Estima-se que 50 bilhões de animais sejam mortos por ano para tornar-se carne nos pratos, o que significa "140 milhões de animais mortos a cada dia, mais de 5 milhões de animais mortos a cada hora, 90 mil a cada minuto e 1500 a cada segundo" (SUSIN e ZAMPIERI, 2015, p. 48).

Nesse quinto campo de concentração, os mecanismos de disfarce são sutis. Esse número tão imenso e essa tão óbvia interpelação moral só passa com o consentimento do consumidor porque não queremos nem nos esforçamos para associar a parte do animal ao processo de matança e esquartejamento que a levou até lá. "É mais fácil ver na peça uma mercadoria

qualquer" (idem, p. 49). Além disso, também pela linguagem somos dissuadidos do verdadeiro significado do que se compra. Diz-se bife ou picanha, e não um boi; diz-se costelas e pernis, e não porco; diz-se vitela, e não bezerro. Como alertam os autores, até mesmo fazendo industrial esconde o significado de "indústria de produção de animais para a morte" (idem, p. 50).

Aqui os chamados frangos de corte são submetidos a uma vida curta de no máximo 40 dias (a expectativa de vida natural é de cerca de 7 anos) presas em um espaço minúsculo por toda a vida; as galinhas poedeiras são tomadas como uma máquina de botar ovos, que dura apenas dois anos (expectativa também de 7 anos) e depois são levadas para serem assassinadas após uma vida de imenso sofrimento; os pintinhos machos, desprovidos da capacidade de botar ovo, são mortos assim que nascem, ou jogados em latas de lixo, ou triturados para virar ração para outras galinhas, ou colocados em um saco plástico e depois esmagados por um trator; os bovinos ("de corte") prematuramente são isolados da mãe e enfrentam o descorne (arranque dos chifres), marcação e castração, frequentemente sem anestésico; as vacas leiteiras são tratadas como máquinas de produzir leite, e sobrevivem apenas por cerca de 5 anos, confinadas e submetidas aos imparáveis processos de gravidez, lactação e amamentação, enquanto na vida natural viveriam em média 20 anos; os bezerros são afastados da mãe logo que nascem (as quais mugem por dias, inconsoladas) e encaminhados, ou para serem vendidos para o abate, ou para se tornarem carne de vitela (outro cruel processo), ou para se tornarem novas vacas leiteiras, no caso de bezerras; os porcos são obrigados a viver em habitações bastante desconfortáveis e pequenas, convivendo com sua própria urina e excrementos e submetidos a altos índices de estresse.

Esses aspectos do quinto campo de concentração ainda nem sequer levam em consideração os mecanismos de manejo e abate, os quais não podem ser contemplados nesse artigo, embora mereça urgente atenção. Poder-se-ia detalhar ainda cada um dos processos de exploração descritos, dando uma dimensão melhor e mais clara da cruel realidade dos campos de exploração animal, ou ainda relatar outros vários empregados por essas indústrias. Também se poderia citar aqui mais uma enorme quantidade de animais presentes nestes campos, como peixes, ratos, camundongos, primatas, aves etc. Entretanto, deve-se admitir que não compete a dimensão e aos limites desse trabalho.

Pode-se perceber que a relação com os animais encerra uma mentalidade de propriedade, e que, na medida em que em nossas decisões diárias sobrepõem nossos interesses aos daqueles que clamam por suas vidas, perpetua-se a injustiça contra nossos irmãos coabitantes dessa Casa Comum.

> Estamos num tempo em que não se pode continuar a viver na ingenuidade de recém-nascidos, pois estamos mais próximos da morte total do que jamais o estiveram nossos antepassados. Refiro-me à morte de todas as espécies vivas, ameaçadas pela violência de nosso modo atual de viver, produzir, consumir e descartar. Consumir a vida alheia tornou-se a forma de vida de todos os humanos, da alimentação ao vestuário, do lazer ao medicamento, da cosmética à guerra. Tudo passa por tirar a vida dos animais, ou privá-los de seu bem-estar específico. Desde o Código de Hammurabi, a vida das bestas tinha valor, por ser objeto de troca. Hoje, quatro mil anos mais tarde, a vida de qualquer animal só tem valor se for de interesse comercial (FELIPE, 2009, p. 04)

2. Tradição Cristã

Nesse tópico irá se considerar brevemente o pensamento de três grandes expoentes da tradição cristã sobre essa questão, dois que apresentam uma perspectiva legitimadora da exploração animal, quais sejam Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, e um que encarna uma alternativa ética a partir de sua própria experiência, São Francisco de Assis.

Santo Agostinho estabelece, em *A Cidade de Deus*, uma hierarquia que ele considera como natural. Propõe uma gradação que vai desde os seres viventes até os anjos, tendo como critério as faculdades que cada ser dispõe. Assim, os viventes são superiores aos não viventes; entre os viventes, os sencientes são superiores aos não sencientes, como os animais são superiores ás árvores; entre os sencientes, os que têm inteligência são superiores aqueles que não as têm, como os homens são superiores aos animais; entre os que têm inteligência, os imortais são superiores aos mortais, como os anjos são superiores aos anjos. Ainda na mesma obra, depois de afirmar que o mandamento *Não Matarás* se aplica também ao próprio indivíduo, quando reflete sobre se o mesmo mandamento pode ser empregado também aos animais, responde:

> Arredemos pois estes devaneios e quando lermos *não matarás* não incluamos nesta proibição as plantas que carecem de sensibilidade, nem os animais irracionais, tais como as aves, os peixes, os quadrúpedes, os répteis, diferentes de nós na razão pois que a eles não foi concedido participar dela conosco. Por justa disposição do Criador, a sua vida e a sua morte estão ao nosso serviço. Só nos resta concluir que temos de aplicar apenas ao homem as palavras não matarás – nem a outro nem a ti próprio matarás pois quem a si próprio se mata, mata um homem (SANTO AGOSTINHO, 1996, 158).

Também em outra obra sua, *Costumes da Igreja católica e dos maniqueus*, defende a prioridade de interesses do ser humano em relação aos interesses dos animais, recorrendo mais uma vez a sua hierarquia que vai do menos perfeito ao mais perfeito.

> Não há pecado em usar algo para o fim a que se destina. Ora, a ordem das coisas é tal que o imperfeito é feito para o perfeito. Assim, as coisas como plantas, que meramente têm vida, são para os animais, e todos os animais são para o homem, portanto, não é proibido aos homens utilizar plantas para o bem de animais, e animais para o bem do homem (SANTO AGOSTINHO apud MARTINS, 2012, p. 16).

Para ele, o que diferencia os seres humanos dos animais e faz que estes estejam à disposição daqueles é o critério de racionalidade. Assim, não se compõe uma voz dissonante da tradição moral antropocêntrica, pois ainda que coloque os anjos como sendo superiores aos seres humanos, isso não diminui o poder de domínio destes sobre a terra[5].

São Tomás de Aquino segue a mesma linha de argumentação em sua *Suma Teológica* e também na *Suma contra os gentios*. Para ele, também o menos perfeito está para o mais perfeito, e cada componente da hierarquia existe para servir aquele que se encontra no degrau superior. O homem como sendo *animal racional* (recuperado de Aristóteles), está no topo da pirâmide, de forma que tudo o mais está a seu serviço, e é instrumento e meio para si. Para ele, não há como pecar contra um animal, mas apenas contra Deus ou outros homens. Deve-se até evitar maus tratos com animais, mas somente porque isso pode inclinar o ser humano a ser cruel com o próprio ser humano[6].

Um exemplo de voz alternativa na relação dos seres humanos com os animais é a voz de São Francisco de Assis, que assumiu, após seu processo de conversão, uma ética integralista que se irmana com toda a Criação. Toda a sua espiritualidade assume uma posição de profunda integração e irmandade com tudo o que existe, chamando a todos de irmãos e irmãs, sejam animais, vegetais, e até mesmo o Sol, a Lua, o fogo, o vento, a água, a terra e as pedras. A relação com as outras criaturas deixa de ser vertical para tornar-se horizontal. Deixa-se a imagem de instrumentalização, para se assumir a de coabitação.

Exemplos dessa espiritualidade podem ser observados em inúmeras passagens de sua vida, como quando ele remove da estrada minhocas para que não fossem pisoteadas pelas rodas das carroças, como em sua conversa com o lobo de Gubbio tentando-o apaziguar, quando conversa e prega aos animais, e quando, sofrendo aflitivas dores no corpo, é ainda atormentado por ratos, moscas e mosquitos, que fazem da cabana onde estava seu habitat, e ainda é capaz de dizer "Irmão rato, estou cansado e gostaria de dormir. Deixe-me descansar, por favor" (CORBISIER, 1973, p. 161). Outra passagem é também merecedora de citação:

> Um dia, estando sentado numa barca, perto de um porto no lago Riéti, e tendo um pescador apanhado um magnífico peixe, uma tenca, veio respeitosamente oferecer-

[5] Cf. Susin e Zampieri (2015).
[6] *Idem*.

> lho. Francisco aceitou-o com alegria e benevolência, chamou-lhe seu irmão e, atirando-o de novo à água, pôs-se a glorificar devotamente o nome do Senhor. Enquanto durou a oração, o peixe nadou em redor da barca. E só se afastou quando o santo, terminada a oração, lhe permitiu que se fosse. (CORBISIER, 1973, p. 110)

Há relatos semelhantes desse tratamento fraterno também com cordeiros, aves, lebres, entre outros. Também analisando seu *Cântico das Criaturas*, podemos perceber como é retratado seu amor e compaixão universal, que nada exclui e que inevitavelmente conduz a uma ética integralista e menos discriminatória. Assim como São Francisco, outros santos também poderiam ser citados como exemplos da dissidência cristã em relação a ética antropocêntrica, como seu precursor, São Basílio, e outros como São Boaventura e São Crisóstomo (FELIPE, 2003). O exemplo de São Francisco de Assis nos convida a encarnar espiritualidade semelhante, e nos interpela a viver a prática da fraternidade com toda a Criação, principalmente nos tempos atuais, onde a relação predatória do ser humano com os animais se intensifica.

3. Contribuições da filosofia moral

Visto a ordem dessa teia de relações, percebe-se que ela incorpora uma ética nitidamente antropocêntrica, já que o ser humano é o único incluso dentro da esfera de consideração moral. Tem seus interesses acima dos interesses de todas as outras espécies, ainda que seja um interesse secundário diante de um interesse primário. Por exemplo, em nossa sociedade, o interesse de consumir a carne de um animal tem primazia jurídica sobre o interesse desse animal de viver, ainda que isso não passe pela análise ética. Nesse campo, a filosofia moral pode contribuir destrinchando os critérios que incluem determinado ser dentro da esfera de consideração moral.

A ética antropocêntrica é uma perspectiva que coloca como critério para participar da comunidade merecedora de consideração moral a posse da razão, "constituída pelas habilidades do pensar, raciocinar, inteligir, e tirar conclusões lógicas a partir de premissas válidas" (FELIPE, 2008, p. 1). A partir disso, tudo que não é humano só tem valor instrumental, e pode ser usado na medida em que atende a um interesse daquele que faz parte da esfera de consideração moral, que é o ser humano.

Assim, também os animais, nessa ética, têm apenas valor instrumental. São meios para um fim, que é o ser humano. Não têm nenhum valor inerente. Sônia Felipe (2009) explica que "a tradição antropocêntrica sustenta que os animais existem apenas para servir aos interesses dos seres da espécie biológica *Homo sapiens*" (p. 07). Nessa perspectiva, tem-se uma espécie em poder de todas as demais, possuindo direito legítimo sobre suas vidas. Não sem razões

existem zoológicos, circos que utilizem animais para entretenimento, vivissecção, abatedouros, fazendas de leite, carroças, cursos que ensinam, especificamente, como explorar outras espécies, a ideia de que *possuímos* animais de estimação, entre outros tantos exemplos, que caracterizam, explicitamente, uma concepção que faz da espécie humana, de fato, o centro da consideração moral, ou seja, uma ética tipicamente antropocêntrica.

Entretanto, pode-se pensar, uma vez que o critério para fazer parte da comunidade com direito a consideração moral é a posse da razão (pensar, raciocinar, inteligir e tirar conclusões), como ficam aqueles seres humanos que não a tem nesse formato? Como ficam aqueles que não possuem tal habilidade? Como ficam os bebês, os idosos em alto grau de dependência e sem autonomia cognitiva, as pessoas com necessidades especiais que apresentam alto nível de debilidade mental? Nesses casos, a sociedade não os excluem, antes os protegem.

Dessa forma, o discurso ético antropocêntrico é, em si, contraditório, pois enquanto defende a necessidade da posse da razão para fazer parte da esfera de consideração moral, não nega direitos aos humanos que não possuem tal habilidade, seja todos nós em grande parte de nossa vida, enquanto bebês ou idosos (em determinada fase de envelhecimento), ou uma grande parcela de nós por toda a vida ou parte dela, que são os casos dos indivíduos portadores de necessidades especiais que apresentam alguma debilidade mental, seja por formação congênita ou por acidente. Para esses casos não se defende a exclusão da comunidade moral, mas a total legitimidade de seus direitos, inclusive o direito à vida, mesmo em casos onde o sujeito não pode reclamá-la.

Nesse contexto, apresenta-se uma discriminação inerente ao discurso antropocêntrico. A mesma condição em seres humanos e animais garante ao primeiro direitos e nega-os ao segundo. A ética antropocêntrica apresenta aqui, portanto, uma contradição, "ferindo as exigências de universalidade, generalidade e imparcialidade, que configuram um princípio como válido racionalmente" (FELIPE, 2007, p. 187). A essa discriminação, pode-se chamar de *especismo*.

Este termo foi criado pelo cientista e filósofo Richard D. Ryder, que a utilizou primeiramente em um panfleto distribuído em 1973, e, definitivamente, em 1975, ao escrever *Victims os Science* (FELIPE, 2003). Tal conceito é análogo ao racismo e ao sexismo, que são linhas de discriminação na qual não se reconhece a terceiros direitos simplesmente por possuírem um componente biológico diferente da qual o grupo dominante possui, seja esse componente a cor da pele, o sexo, ou a constituição biológica (no caso do especismo). Assim, nega-se direitos a negros simplesmente por nascerem com determinada cor da pele, nega-se

direitos a mulheres simplesmente por serem do sexo feminino, e nega-se direitos a animais simplesmente por possuírem diferente composição biológica.

Ainda que não houvessem humanos desprovidos dessas habilidades preconizadas pela ética antropocêntrica, a eleição dela como critério para incluir-se na comunidade moral é, em si, especista, pois exclui de imediato os animais, desconsiderando que eles apresentam todas as condições necessárias a existência de si próprios e que a posse da razão (da forma como apregoa a ética antropocêntrica) foi uma habilidade desenvolvida pela necessidade de sobrevivência da espécie humana, e não das demais. As habilidades que essas espécies já possuem lhes bastam e lhes são suficientes para garantir-lhes a vida, não necessitando, portanto, ao longo da história da evolução, desenvolver a razão nos moldes humanos, o que, por sua vez, não significa que eles não tenham uma razão própria.

4. Releituras bíblicas e Teologia da libertação animal

A teologia cristã e a hermenêutica bíblica têm fortes correntes com um viés marcadamente antropocêntrico e até mesmo androcêntrico[7]. Entretanto, há alternativas teológicas que compõem um discurso diferente e que permitem uma releitura das Escrituras e a construção de uma teologia com forte caráter libertador. Nesta esteira encontra-se a teologia da libertação, que reflete a teologia cristã a partir da realidade social dos pobres e oprimidos, e particularmente da realidade sócio-cultural latino-americana, uma vez que constitui seu ambiente de origem. Porém, uma vez que pretende promover a conscientização e libertação das estruturas de opressão, as categorias podem ser transpostas para outras realidades em que tais mecanismos também existam.

> Nesse ponto, precisamos reconhecer que, ao lançarmos mão de textos e autores da teologia da libertação, temos ciência que foram direcionados ao humano latino-americano explorado e apropriado, mas entendemos que essas categorias da libertação, bastante enfatizadas em nossa teologia latino-americana, são essencialmente categorias bíblicas e podem ser transpostas a toda situação de cativeiro, inclusive a dos animais não humanos. É necessário expandir a inclusão dos que sofrem porquanto a obra de Cristo pressupõe a restauração de todas as coisas. (PALHANO e SANCHES, 2012, p. 292)

Assim, na perspectiva do *ver, julgar, agir*, será feito dois caminhos do *julgar*, um já realizado pela filosofia moral, outro a ser realizado pela teologia. Até então, portanto, através da denúncia defrontou-se aqui com a atual realidade e condição dos animais, oprimidos e

[7] Cf. PALHANO e SANCHES (2012)

crucificados pelo sistema de exploração que encontram no consumidor sua verdadeira causa (*ver*); analisou-se e se refletiu pelos olhos da filosofia sobre a questão ética da exploração animal, verificando-se que a ética antropocêntrica é incoerente na medida em que sob um mesmo critério inclui determinados seres na esfera de consideração moral e exclui outros, sustentando-se apenas pela discriminação especista (*julgar*); far-se-á agora um *julgar* pelos olhos da teologia cristã e em seguida uma proposta de *agir*, a ser realizado nas conclusões.

Susin e Zampieri (2015), citando o filósofo Karl Jaspers, sinalizam para a presença de uma era pré-axial e uma era axial nos Escritos Bíblicos, sendo esta caracterizada por "um tempo em que a ética da compaixão universal começava a substituir lentamente a forma de vida dos tempos anteriores, pré-axiais" (p. 169). A era axial abrange aproximadamente de 900 a 200 a. C., e uma de suas características é o início lento e gradativo da crítica, substituição e eliminação dos rituais de sacrifício.

Os autores, recorrendo as reflexões de René Girard, apontam o sacrifício como sendo a "concentração e a sacralização da violência humana" (*idem*, p. 181). Eles explicam dizendo que os sentimentos recalcados de cobiça, inveja, ciúme, rivalidade, rixas, soberba, acumulam-se no coração até que tornam a convivência social insuportável, a ponto de terem de recorrer a algo que expie esse sentir, que é o "bode expiatório". Nele se esvai toda a inquietação do coração, toda a violência acumulada, tudo é transmitido a outro ser e como ele é eliminado. Um exemplo de episódio da era axial, onde a crítica ao sacrifício é feita, é a narrativa abraâmica de substituição do sacrifício do primogênito pelo cabrito. Abraão rompe com o passado, com a tradição de seu clã, e dá novo futuro a vida de seu filho. Reconhece nele um inocente e dá um imenso passo de ruptura.

Com relação a segunda parte da história, em que Abraão toma um cabrito no lugar do filho e o oferece em sacrifício, os autores advertem que se deve considerar que nessa narrativa axial existem influências de tradições diferentes, uma profética, e outra sacerdotal, portanto do Templo (que busca justificar a existência de sacrifício de animais). Na tradição profética a voz segue quase em um mesmo tom, com os profetas denunciando o sacrifício como sendo contrário a vontade de Deus[8]. Os autores acenam também para o fator antropológico, dizendo que era impossível acabar de imediato com o ritual de sacrifícios, mas somente gradativamente. Assim, pode-se dizer que, Abraão, ao substituir o sacrifício do filho pelo do cabrito realiza na última hora uma "concessão à dureza do coração" (*idem*, p. 239).

[8] Jr 7, 5,6. 22-23a. 31-32; Mq 6, 6-8; Is 1, 11-13. 15b-17; Os 8, 11.13; Am 5, 21-22. 24-25.

A voz dos profetas encontra tom e amplitude máximos na vida de Jesus Cristo, sua palavra e prática. Apesar de não ter feito nenhuma crítica específica aos ritos sacrificiais, atinge o coração da religião sacrificial ao desafiar o Templo de Jerusalém. Enquanto outros profetas denunciam corajosamente essas práticas como sendo contra a vontade de Deus, Jesus age com ainda mais coragem expulsando com chicote mercadores e comerciantes de animais, inclusive libertando vários destes animais que aguardavam o sacrifício, como ovelhas, bois e pombas[9]. Leva a perfeição a palavra profética encarnando-a em seu próprio agir. Coloca-se contra a prática religiosa que mercantiliza as relações com Deus e faz do sangue inocente um instrumento de reparação.

O mais elevado grau de reconciliação operado por Jesus está, entretanto, em seu mistério pascal. O evangelho de João evoca a imagem de Cordeiro de Deus para se referir a Jesus. Jesus Cristo é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo. A partir dessa imagem, Jesus assume o lugar antes ocupado pelos animais para ele próprio entregar sua própria vida como sacrifício, libertando e reconciliando de uma vez por todas não somente toda a humanidade, mas toda criatura, toda a Criação. "Jesus liberta do sistema sacrificial não passando por cima, mas atravessando ao meio, carregando sobre si as misérias e a violência do sistema, sem, por sua vez, praticar o sacrifício, o que seria a volta da violência" (*idem*, p. 241).

Muitos novos elementos poderiam ainda ser discutidos, como a imagem da Criação, onde no cultivo das relações harmônicas a dieta era apenas vegetariana, com frutos, ervas e sementes[10] (a carne como alimento veio somente no estado de pecado), o episódio de Noé, a imagem da serpente, entre outros. Entretanto, devido aos limites desse trabalho, optar-se-á por não tratar deles aqui.

5. Conclusões

O encontro, ás vezes promovido pela denúncia, permite-nos identificar os oprimidos e crucificados deste mundo (e nos identificarmos com eles), assim como as estruturas que os criam. Pôde-se *ver* a injusta situação dos animais no mundo atual ao longo desse trabalho. A reflexão nos permite *julgar* com análise crítica, identificando as causas e apontando direções a seguir. A filosofia moral demonstrou a discriminação especista da ética antropocêntrica, enquanto o olhar da teologia revelou a injustiça contra os animais como sendo contra a vontade de Deus (anunciada pela voz dos profetas) e a reconciliação de toda a Criação realizada pelo

[9] Jo 2, 13-17.
[10] Gn 1, 29-30.

sacrifício de auto-entrega de Jesus Cristo. Dessa forma, a filosofia moral e a teologia nos permitiram fazer sensato julgamento e nos apontar um sentido a seguir. Resta apenas o *agir*. E isso pode ser feito através das pequenas mudanças de cada consumidor, que, consciente das consequências de suas escolhas, opta por não perpetuar uma situação de injustiça da qual ele discorda. Possibilidade para isso é um movimento já existente denominado veganismo.

> Sucintamente, o veganismo é uma proposta de conduta ética que prega a libertação dos animais não-humanos por meio da abolição de todas as formas de exploração que lhes são impostas por nós. Na dieta vegana estão excluídos todos os ingredientes de origem animal, como ovos, laticínios e mel (e qualquer tipo de carne, evidentemente), além de itens que contenham ingredientes de origem animal. Quanto ao vestuário, não se utiliza couro (ou qualquer outro tipo de pele), lã ou seda e, no geral, quaisquer produtos ou itens que tenham sido testados em animais, ou que contenham ingredientes de origem animal (por exemplo, cosméticos, produtos de limpeza, aditivos de alimentos, objetos de decoração etc.). O princípio abolicionista, norteador do veganismo, exclui também o comércio de animais de estimação, o uso de animais para esportes ou diversão, a vivissecção, etc. (BRÜGGER, 2009, p. 13).

Assim, diante da injusta relação do ser humano com os animais, cabe a cada um de nós fazer o encontro com o crucificado que é o outro e que não se limita a formatação biológica humana. Afinal, oprimidos e opressores adquirem rostos diversificados. E, nessa linha, pode-se fazer a triste constatação de que a maior parte de nós é, consciente ou inconscientemente, algozes que crucificam inocentes. Nesta relação, somos aqueles que entregam Jesus a crucificação. Cabe-nos, portanto, após inteirarmo-nos da realidade, reconhecer a face da opressão, e romper com as práticas de sacrifício. Romper a tradição tal como Abraão recusou-se a oferecer seu filho. Denunciar a injustiça como sendo contra a vontade de Deus tal como os profetas Jeremias, Miqueias e outros mais. Colocar-se contra a injustiça seja qual for a sua face ainda que se tenha de abdicar de seus próprios interesses, tal como Cristo fez, em atitude de expressão máxima de amor e entrega, reconciliando toda a Criação, entregando a própria vida.

Referências

BOFF, Leonardo. **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres. 3ª edição. São Paulo: Ática, 2000.

BRÜGGER, Paula. Nós e os outros animais: especismo, veganismo e educação ambiental. In: **Linhas Críticas**, Brasília, v. 15, p. 197-214, jul/dez 2009.

CORBISIER, Roland. **São Francisco**. São Paulo: Editora Três, 1973. (Grandes Personagens de Todos os Tempos, 06).

FELIPE, Sônia T. **Por uma questão de princípios:** alcance e limites da ética de Peter Singer em defesa dos animais. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2003.

_____. Racionalidade e Vulnerabilidade. Elementos para a redefinição da sujeição moral. In: **Veritas**, Porto Alegre, v. 52, n. 1, p.184 – 195. Março/2007a. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/1868/1398. Acessado 19/09/2016, às 21:43h.

_____. Ética Biocêntrica: Tentativa de superação do antropocentrismo e do sencientismo éticos. In: **ethic@**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 01 – 07. Dez/2008. Disponível em https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2008v7n3p1/21835. Acessado 19/09/2016, às 22:33h.

_____. Antropocentrismo, Sencientismo e Biocentrismo**:** Perspectivas éticas abolicionistas, bem-estaristas e conservadoras e o estatuto de animais não-humanos. In: **Revista Páginas de Filosofia**, v. 1, n. 1, jan-jul/2009.

MARTINS, Natália Luiza Alves. **A proteção jurídica dos animais no direito brasileiro:** por uma nova percepção do antropocentrismo. Dissertação de mestrado, UNIFOR, 2012

PALHANO, Jerson José Darif e SANCHES, Mário Antonio. Sobre os animais não humanos: um resgate teológico. In: **Revista BioEthikos**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 287-299, jul/set 2012.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si' –** Sobre o Cuidado da Casa Comum. São Paulo: Loyola, 2015.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Tradução, prefácio, nota biográfica e transcrições de J. Dias Pereira. vol. I. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

SUSIN, Luiz Carlos; ZAMPIERI, Gilmar. **A vida dos outros:** ética e teologia da libertação animal. São Paulo: Paulinas, 2015.

ZAMPIERI, Gilmar. A Encíclica Laudato Si' e os animais. In: **Cadernos Teologia Pública**, ano XII, v. 13, n. 110, São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2016.